



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, E, DO OUTRO LADO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ. (Processo Administrativo nº 8506506-24.2018.8.06.0000)

CV Nº 28/2018

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, doravante denominado simplesmente TJCE, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambéa em Fortaleza – Ce, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 09.444.530/0001-01, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES, e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**, denominado simplesmente TJAP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 34.870.576/0001-21, com sede na Rua General Rondon, nº 1295, Centro, Macapá/AP, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA, resolvem celebrar o presente convênio conforme cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente convênio é celebrado com fundamento nos termos das disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e na Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nº 21/2017, de 14.09.2017.

Cláusula Segunda – Do Objetivo

O presente Convênio tem por objetivo a cooperação técnica e/ou administrativa, concernente à cessão recíproca de servidores entre os partícipes, nos termos na legislação vigente, mencionada na Cláusula Primeira deste Instrumento.

Cláusula Terceira – Da Execução do Convênio

Nas cessões decorrentes do presente instrumento, o CESSIONÁRIO, por intermédio do Chefe imediato, supervisor dos serviços prestados, se obriga a administrar o pessoal cedido, remetendo mensalmente, até o 5º dia útil de cada mês, ao respectivo Órgão/Entidade CEDENTE, a frequência mensal de cada servidor, observado o que se segue:

a) poderá haver, sempre que necessária, a cessão de servidores de acordo com as



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

necessidades técnicas e/ou administrativas de cada órgão;

b) a cessão tratada no presente Convênio será feita com estrita observância das reais necessidades e anuência prévia do titular de cada órgão;

c) as cessões decorrentes deste convênio ocorrerão com ônus para a origem e com ressarcimento pelo cessionário, importando em restituição ao cedente das parcelas da remuneração ou salário, já incorporadas à remuneração ou salário do cedido, de natureza permanente, inclusive gratificação de desempenho, encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço, ou outros definidos em lei;

d) o valor a ser ressarcido será apresentado mensalmente ao cessionário pelo cedente, e deverá ser acompanhado de planilha discriminando as parcelas que compõem a remuneração do servidor cedido, devendo o reembolso ser efetuado até o 05º (quinto) dia útil do mês subsequente, através de depósito identificado.

Cláusula Quarta – Da Responsabilidade do Cessionário

Compete ao cessionário informar ao órgão cedente:

a) o horário de trabalho do servidor, bem como as funções que exerce;

b) o horário de funcionamento do órgão cessionário;

c) as eventuais alterações cadastrais do servidor, tais como endereço, telefone, estado civil;

d) os eventos relacionados à maternidade e à paternidade, à licença para tratamento de saúde e ao acidente de trabalho, se for o caso;

e) as ausências ao trabalho por motivo de falecimento de parentes ou dependentes, alistamento eleitoral, doação de sangue, tribunal do júri e outros serviços declarados obrigatórios por lei;

f) os períodos de recesso, quando houver, na unidade em que o servidor prestar serviços;

g) o período de gozo de férias, que deverá ser previamente comunicado com período aquisitivo e exercício correspondente;

h) nomeação do servidor cedido para exercer cargo de provimento em comissão ou função de confiança no órgão cessionário, acompanhado da comprovação da publicação no respectivo Diário Oficial.

Cláusula Quinta – Da Formalização da Cessão de Servidores

As solicitações de cessões de servidores deverão ser encaminhadas à autoridade máxima do órgão cedente, constando a matrícula, nome e cargo do servidor, efetivando-se a cessão por meio de Portaria, na qual constará o nome do servidor, cargo, matrícula, órgão de origem e órgão para o qual será cedido, e, quando for o caso, o cargo ou função comissionada que desempenhará no cessionário e sua simbologia, e o período em que a cessão subsistirá, não podendo ultrapassar o termo de duração previsto para eficácia deste Convênio.

Cláusula Sexta – Da Vigência e dos Aditivos



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

O presente convênio terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado ou alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto aprovado.

Cláusula Sétima – Da Denúncia ou Rescisão

O presente Convênio poderá ser denunciado de pleno direito no caso de infração a qualquer uma das cláusulas ou condições nele estipuladas, ou por qualquer dos Convenientes, a qualquer tempo, quando assim o exigir o interesse público e, especialmente, por motivo de reduzido quadro de pessoal do órgão ou entidade cedente ou de indisponibilidade financeira e orçamentária mediante notificação prévia, por escrito, devendo ser observado o prazo de 90 (noventa) dias de antecedência.

Cláusula Oitava– Da Publicação

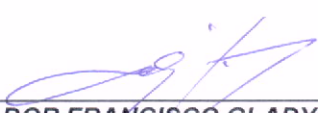
O presente convênio, será publicado, em extrato, no Diário da Justiça Eletrônico dos Tribunais partícipes, na forma do art. 61 e seu parágrafo único, da Lei 8.666/93.

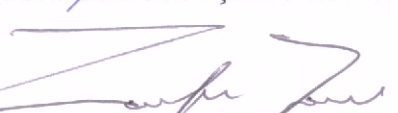
Cláusula Nona – Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca do Tribunal de cedente, como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

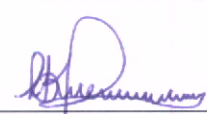
E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

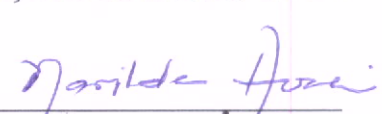
Fortaleza, 21 de maio de 2018.


DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ


DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO TORK DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

TESTEMUNHAS:


Lana Karina Pinon Nery
Diretora do DCC/TJAP


Marilda Auzier
Dir. da Div. de Convênios



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE COPRAS
E CONTRATOS DIVISÃO DE
CONVÊNIOS

PLANO DE TRABALHO DO CONVÊNIO
Nº 28/2018

• - DADOS CADASTRAIS:

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
CNPJ: 34.870.576/0001-21
Endereço: Rua General Rondon, n 1295, bairro Central
Cidade: Macapá
Estado: Amapá
CEP: 68900-911
DDD/Fone: (96) 3312-3300
Esfera Administrativa: Estadual
Nome do responsável: Carlos Augusto Tork de Oliveira
CPF: 210.605.172-72
RG: 041855 – SSP/AP
Cargo/função: Desembargador Presidente

• - PARTICIPE:

ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE
CNPJ: 09.444.530/0001-01
Endereço: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Cidade: Fortaleza
Estado: Ceará
CEP: 60.822-325
DDD/Fone: (85)32077122
Esfera Administrativa: Estadual
Nome do responsável: DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
CPF: 037.768.243-87
RG: 2006010160329 SSP-CE
Cargo/função: Desembargador Presidente

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

3. OBJETO

Cooperação técnica e/ou administrativa, concernente à cessão recíproca de servidores entre os partícipes, nos termos da legislação vigente.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

24 (vinte quatro) meses.

• JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:

Cooperação técnica e/ou administrativa

• OBJETIVO:

Tem por objetivo o intercâmbio dos servidores efetivos entre os Tribunais Partícipes

• PÚBLICO-ALVO:

Servidores efetivos

• METODOLOGIA:

A solicitação deverá ser feita pelo Desembargador Presidente do órgão cessionário ao Desembargador Presidente do órgão cedente, ficando o servidor requisitado em exercício na sua unidade de lotação até a decisão.

Atender os requisitos: ter cumprido estágio probatório; não estar respondendo processo administrativo disciplinar; estar adimplente com prestação de contas de suprimento de fundos e relatório de viagem, entre outras situações

• RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES:

- As solicitações de cessões de servidores deverão ser encaminhadas à autoridade máxima do órgão cedente, constando a matrícula, nome e cargo do servidor, efetivando-se a cessão por meio de Portaria, na qual constará o nome do servidor, cargo, matrícula, órgão de origem e órgão para o qual será cedido, e, quando for o caso, o cargo ou função comissionada que desempenhará no cessionário e sua simbologia, e o período em que a cessão subsistirá, não podendo ultrapassar o termo de duração previsto para eficácia deste Convênio.

- Nas cessões decorrentes do presente instrumento, o CESSIONÁRIO, por intermédio do Chefe imediato, supervisor dos serviços prestados, se obriga a administrar o pessoal cedido, remetendo

mensalmente, por meio eletrônico ao Departamento de Gestão de Pessoas, até o 5º dia útil da cada mês, ao respectivo Órgão/Entidade CEDENTE, a frequência mensal de cada servidor, observado o que se segue:

- poderá haver, sempre que necessária,² a cessão de servidores de acordo com as necessidades técnicas e/ou administrativas de cada órgão;
- a cessão tratada no presente Convênio será feita com estrita observância das

reais necessidades e anuência prévia do titular de cada órgão;

- as cessões decorrentes deste convênio ocorrerão com ônus para a origem e com ressarcimento pelo cessionário, importando em restituição ao cedente das parcelas da remuneração ou salário, já incorporadas à remuneração ou salário do cedido, de natureza permanente, inclusive gratificação de desempenho, encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço, ou outros definidos em lei;

- o valor a ser ressarcido será apresentado mensalmente ao cessionário pelo cedente, e deverá ser acompanhado de planilha discriminando as parcelas que compõem a remuneração do servidor cedido, devendo o reembolso ser efetuado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, através de depósito identificado.

- Compete ao cessionário informar ao órgão cedente:

- o horário de trabalho do servidor, bem como as funções que exerce;

- o horário de funcionamento do órgão cessionário;

- as eventuais alterações cadastrais do servidor, tais como endereço, telefone, estado civil;

- os eventos relacionados à maternidade e à paternidade, à licença para tratamento de saúde, licença para acompanhar pessoa doente da família e acidente de trabalho, se for o caso;

- as ausências ao trabalho por motivo de falecimento de parentes ou dependentes, alistamento eleitoral, doação de sangue, tribunal do júri e outros serviços declarados obrigatórios por lei;

- os períodos de recesso, quando houver, na unidade em que o servidor prestar serviços;

- o período de gozo de férias, que deverá ser previamente comunicado com período aquisitivo e exercício corresponde;

- nomeação do servidor cedido para exercer cargo de provimento em comissão ou função de confiança no órgão cessionário, acompanhado da comprovação da publicação no respectivo Diário Oficial.

• DOS TÉCNICOS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

a) Os profissionais, designados como elemento de ligação estão vinculados ao Departamento de Gestão de Pessoas:

Nome	E-mail	Telefone	Instituição
Michel Paulino Rolla Pontes	michel.pontes@tjap.jus.br	(96)3312-3300 ramal 3154	Seção de Cadastro/DEGESP
Denise Mergulhão Tagliarini de Oliveira	Denise.oliveira@tjap.jus.br	(96)3312-3300 ramal 3154	Seção de Cadastro/DEGESP

• ORÇAMENTO/CUSTO TOTAL ESTIMADO:

Itens	Descrição	Cessionário	Qtde Estimada	Valor (R\$) Estimado	Custo Estimado
1	Servidores Diversos	TJ-CE			
2	Servidores Diversos	TJ-AP			

- **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:**

Cessionário	Exercício	Qtde de Vagas	Valor (R\$)
TJ-CE	2017		
	2018		
	2019		
TJ-AP	2017		
	2018		
	2019		
Total			

- **PLANO DE APLICAÇÃO**

Itens	Natureza da Despesa		Qtde	Valor total do projeto
	Natureza de Despesa	Descrição do bem		
1	3190.11	Cessão de Servidores		
TOTAL				

Os recursos serão de responsabilidade da cada ente, não havendo repasse de recursos orçamentários e financeiros por nenhum partícipe.

Macapá (AP), de abril de 2018

- Equipe Técnica responsável pela elaboração:

Nome	E-mail	Telefone	Instituição

- Aprovação do Plano de Trabalho:

DESEMBARGADOR FRANCISCO GLADYSON PONTES
TORK

Presidente do TJ/CE

DESEMBARGADOR CARLOS

Presidente do TJ/AP